

Companhia da Ilha do Príncipe (Portugal/São Tomé e Príncipe), 1894-1975: Desenvolvimento de um Projeto Agrícola e Gestão do Grupo CUF

Companhia da Ilha do Príncipe (Portugal/São Tomé and Príncipe), 1894-1975: Development of an Agricultural Project and Management of the CUF Group

JOSÉ AMADO MENDES Y DUARTE MANUEL FREITAS

Autoría:

José Amado Mendes
Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal
jamendes@autonoma.pt
<https://orcid.org/0000-0003-3192-5914>

Duarte Manuel Freitas
Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal
dfreitas@autonoma.pt
<https://orcid.org/0000-0002-6764-6872>

Fecha recepción: 14/09/2022
Fecha aceptación: 01/03/2023

Financiación: Este estudio no ha recibido financiación.

Conflicto de intereses: Los autores declaran no tener conflicto de intereses.



Licencia: Este trabajo está sujeto a una licencia de Reconocimiento 4.0 Internacional de Creative Commons (CC BY 4.0).
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

© 2023 José Amado Mendes, Duarte Manuel Freitas

Citación: Amado Mendes J., Manuel Freitas D. (2023). Companhia da Ilha do Príncipe (Portugal/São Tomé e Príncipe), 1894-1975: Desenvolvimento de um Projeto Agrícola e Gestão do Grupo CUF. *Revista de Ciências Sociais Ambos Mundos*. (4), 33-52.
<https://doi.org/10.14198/ambos.23507>

Resumo

Nascida em Lisboa como Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, a Companhia da Ilha do Príncipe deteve como objetivo principal a exploração, em São Tomé e Príncipe – território insular no Atlântico Equatorial, nas proximidades da costa africana, sob a administração portuguesa –, de uma agricultura intensiva assente, essencialmente, no cacau, com o início da sua atividade a ocorrer em 1894. Foram várias as personalidades no mundo empresarial português que tomaram ações ou tiveram envolvidas na sua administração, com particular destaque para os sucessores do industrial Alfredo da Silva – fundador do grupo CUF –, que se encontravam à frente da empresa já na década de 1950, permanecendo até ao ano do seu encerramento, em 1975. Para além da identificação dos fundadores, acionistas, principais gestores e administradores, pretende-se, com o presente artigo, efetuar um exercício de história empresarial a partir das fontes consultadas – com particular destaque para os *Relatórios e Contas* anuais –, que passe, de igual modo, pela compreensão dos meandros de uma produção agrícola de carácter intensivo, da mão de obra empregue, dos espaços e equipamentos industriais utilizados e das limitações e linhas de força da gestão e administração das roças pertencentes à referida Companhia.

Palavras-Chave: São Tomé e Príncipe; Portugal; Companhia da Ilha do Príncipe; Roças de Cacau; Colonialismo; Companhia União Fabril (CUF)



Abstract

Born in Lisbon as a Limited Liability Corporation, the “Companhia da Ilha do Príncipe”, located in São Tomé and Príncipe (a former Portuguese colony), had as its main objective the intensive agriculture exploitation, namely of cocoa, from 1894 and onwards. Several Portuguese businessmen were involved in its administration, with special emphasis of the successors of industrialist Alfredo da Silva – founder of the CUF group – who were already leading the Corporation in the 1950s and continued until its closure in 1975. Aside from identifying the founders, shareholders, leading managers and administrators, this article intends to provide an interpretation exercise in business history, analyzing many sources – particularly the company's annual reports – to understand the intricacies of an intensive agricultural production in a colonial context. Many other issues will be discussed, such as the workforce employed, the industrial spaces, the equipment used, and also the limitations and main guidelines in what concerns the management system of the corporation's farms.

Keywords: São Tomé and Príncipe; Portugal; Companhia da Ilha do Príncipe; Cocoa Farm; Colonialism; Companhia União Fabril (CUF)

INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XIX algumas nações europeias voltaram-se para África, em parte na sequência das determinações da Conferência de Berlim (1884-1885). De acordo com o então deliberado, o domínio de territórios africanos por outros países apenas seria reconhecido se, além dos chamados “direitos históricos”, se verificasse também a ocupação efetiva. Por outro lado, devido ao acelerado desenvolvimento da industrialização – em contexto do incremento da 1.^a Revolução Industrial e do dealbar da 2.^a –, as matérias-primas e os produtos das colónias africanas tornaram-se peças essenciais do respetivo processo.

Portugal, com interesses vários no continente africano e participante na referida Conferência, não ficou à margem desse movimento. Apesar de se encontrar ainda numa fase incipiente do processo industrializador – como país *late comer* –, quer o Estado quer alguns empresários e investidores detetaram na exploração das colónias um meio de, por um lado, atenuar o desequilíbrio das contas públicas e, por outro, de obter substanciais mais-valias. Como enalteceu o primeiro relatório da empresa: «É um lugar comum da nossa política e da nossa economia repetir-se que a África poderá vir a ser para nós um longo Brasil, quando dela se tiverem feito florescentes colónias» (RC-CIP, 1894, p. 6).

Assim, foi neste contexto que alguns capitalistas e comerciantes da praça de Lisboa e proprietários das ilhas de São Tomé e Príncipe decidiram criar a *Companhia da Ilha do Príncipe*, em 1894, sendo este o objeto de estudo da investigação que ora se apresenta.

Pela amplitude e riqueza do seu percurso histórico, ao longo de três quartos de século, trata-se de um elucidativo *case study*, no âmbito da história das empresas, pelo que será sob esta perspetiva que focaremos o assunto. Com efeito, na sua história detetamos vários aspetos pertinentes e significativos, alguns deles similares aos de outras realidades. Entre outros, podemos destacar: a exploração e cultivo de terrenos virgens, bem como a introdução de novas plantas; a utilização de tecnologias adequadas (agrícolas, industriais e de transporte); o recrutamento de mão de obra, forçada ou livre; a concorrência internacional e a conquista de mercado; as alterações do meio ambiente e do clima (Macedo, 2019), com repercussões a médio e longo prazo.

Embora de forma algo sucinta, debruçar-nos-emos sobre os seguintes tópicos: fundação e estrutura acionista da Companhia; atividades da empresa e respetiva evolução; tecnologias e desenvolvimento; gestão em dois períodos distintos, isto é, até aos anos 1940 e, posteriormente, até ao seu término, em 1975.

1. FUNDAÇÃO E ESTRUTURA ACIONISTA DA COMPANHIA DA ILHA DO PRÍNCIPE

O palco de atuação da Companhia foi o arquipélago de São Tomé e Príncipe. Este localiza-se no golfo da Guiné, na costa equatorial da África Central, a cerca de 250 km a noroeste do Gabão. É constituído principalmente por duas ilhas, cuja área é de 1001 km², que correspondem 859 km² à Ilha de São Tomé e

142 km² à ilha do Príncipe. O Ilhéu das Rolas, situado a pouca distância da ilha de São Tomé, tem a particularidade de ser atravessado pela linha do Equador, daí não surpreender que Miguel Sousa Tavares, no romance intitulado precisamente *Equador*, tenha dedicado várias páginas ao ambiente das referidas ilhas e, inclusivamente, à Companhia da Ilha do Príncipe e a alguns dos seus protagonistas (Tavares, 2003).

O arquipélago não foi habitado até à chegada dos portugueses (1470-1471), tendo posteriormente sido colonizado e tornando-se um Estado independente já em 1975, sob a designação de República Democrática de São Tomé e Príncipe. Ao longo dos 500 anos de colonização portuguesa, do ponto de vista económico, embora sem olvidar outras produções, sucederam-se vários ciclos – usando a expressão vulgarizada por João Lúcio de Azevedo –, designadamente o *ciclo do café*, o *ciclo do açúcar* e o *ciclo do cacau*, tendo este último sido, indubitavelmente, o mais relevante como matéria-prima essencial à produção do chocolate, atingindo, na atualidade, cerca de 60% das exportações do país.

O contexto era favorável ao investimento nas referidas ilhas. De facto, num diploma legal de 1898, afirmava-se o seguinte:

A província de S. Tomé, constituída pelas duas ilhas de S. Tomé e do Príncipe, é hoje uma das nossas mais ricas possessões e, sem dúvida, quanto à primeira e mais importante daquelas ilhas, a colónia mais próspera e mais prometedora da África ocidental (*Diário do Governo*, n.º 121, 02/06/1898).

Os inícios da Companhia remontam a 1893. Neste ano foram concedidos, por aforamento,

a Alfredo Mendes da Silva, capitalista e antigo deputado, residente em Lisboa, ou à Companhia que ele formar, os terrenos baldios pertencentes ao Estado na ilha do Príncipe, situados na região compreendida entre as margens dos cursos de água, denominados Rio Papagaio e Ribeira das Agulhas, a linha que liga as duas nascentes e o oceano Atlântico, tudo ao sul da mesma ilha (*Diário do Governo*, n.º 192, 29/08/1893).

A escritura de constituição da sociedade anónima de responsabilidade limitada foi lavrada em Lisboa, a 3 de fevereiro de 1894, publicando-se os primeiros estatutos poucos dias depois, mais exatamente no dia 8 de fevereiro do mesmo ano (*Diário*

do Governo, n.º 29, 08/02/1894). Apesar de algumas das coordenadas da empresa a criar já constarem do referido diploma de 1893, elencou-se no compromisso estatutário dados mais precisos sobre a Companhia, dos quais destacamos:

- A sede fixada em Lisboa (Rua da Prata, n.º 51, 1.º);
- O seu objeto assente na «exploração de propriedades rústicas da província de S. Tomé e Príncipe, próprias, aforadas ou arrendadas»;
- O capital social fixado em 500 000\$000 réis, representado por 5000 ações de 100\$000 cada uma, podendo vir a ser elevado para 2 000 000\$000 réis;
- A administração assegurada por três diretores, coadjuvados pelo Conselho Fiscal e pela Assembleia Geral;
- Entre os sócios fundadores encontrava-se o já mencionado Alfredo Mendes da Silva que integrou na sociedade os terrenos acima referidos, cuja exploração lhe fora concedida em 1893;
- A empresa detinha diretores efetivos (Alfredo Mendes da Silva, Anselmo de Assis Andrade e Francisco Mantero) e substitutos (Fonseca, Santos & Vianna, Henrique José Monteiro de Mendonça e José Olivares Marim) (*Diário do Governo*, n.º 29, 08/02/1894).

A Companhia usufruiu de privilégios consideráveis, designadamente a isenção de impostos (diretos ou indiretos), por 10 anos, na exportação de seus produtos e, de importação, por 5 anos, para material e maquinismos (*RC-CIP*, 1897, p. 40).

Entretanto, a empresa aumentou consideravelmente a respetiva escala, ao adquirir ao Banco Nacional Ultramarino – que, posteriormente, viria a tornar-se acionista de referência – a roça de Água-Lzé, na ilha de S. Tomé, cuja escritura de compra data de 8 de março de 1898. Tratou-se de um importante reforço dos ativos patrimoniais da Companhia da Ilha do Príncipe dada as suas dimensões, assentes num polígono de terra numa área de 8500 a 8600 hectares de extensão (*RC-CIP*, 1896, p. 6-7).

Relativamente à estrutura acionista, que se foi alterando ao longo do tempo, esta compôs-se, no início da atividade, por 73 elementos, atingindo o capital subscrito o valor de 415 000\$000 réis. O capital social foi sendo sucessivamente aumentado, passando dos 500 contos de réis iniciais aos 25 000 contos, ainda nos primeiros anos da década de 1950 (Quadro 1).

Quadro 1. Companhia da Ilha do Príncipe: Alterações no Capital Social

Período	Valor
1894-1897	500 000\$000
1898-1901	1 500 000\$000
1902-1907	2 000 000\$000
1908- 1917	3 600 000\$000
1918-1952	9 900 000\$00
A partir de 1953	25 000 000\$00

Fonte: *RC-CIP*, 1894-1946/1948-1953/1955-1969.

O *Relatório e Contas* da Companhia dos anos de 1896 a 1921 fornece-nos elementos importantes sobre o nome (e, em alguns casos, o estatuto) dos acionistas e, bem assim, acerca do número de ações e de votos a que cada um tinha direito. Através de uma breve análise à informação contida nas referidas listas podemos tirar algumas ilações. Em primeiro lugar, no dia 31 de dezembro de 1896, a avaliar pelo reduzido número de ações de que eram detentores, a esmagadora maioria detinha o perfil de pequeno acionista. Entre os maiores subscritores contavam-se os fundadores, cujo nome é referenciado logo nos ditos estatutos de 1894, bem como os de personalidades ligadas aos órgãos sociais da empresa (Conselhos de Administração e Fiscal). Assim, destacavam-se como grandes acionistas as seguintes personalidades: Alfredo Mendes da Silva, já acima referenciado (251 ações); Alexandre José de Abreu (120); Anselmo de Andrade (200); Max Winstein & C.^a (150); e António José Viana, José Yglésias e Nicolau dos Santos, cada um com 100 ações. O número de ações dos restantes investidores raramente ultrapassava a meia centena.

Por último, note-se que é igualmente diminuto o número de empresas que consta da dita lista, a saber: a Bensaúde & C.^a, com forte influência e investimentos nos Açores (50 ações); a Bernardino, Filhos & Ribeiro (50); a já mencionada Max Winstein & C.^a (150); e a Ribeiro da Costa & Companhia (*RC-CIP*, 1896, p. 25-27).

Por seu turno, no ano de 1911, além do aumento significativo do capital social (de 500 para 3600 contos de réis) e do número de acionistas quase quadruplicar (de 73 para 210), notam-se ainda outras alterações relevantes, designadamente:

- o reforço considerável da quota do já mencionado fundador e administrador, Alfredo Mendes da Silva (de 251 para 989 ações)

e do seu património familiar, através da participação no capital de empresa de sua esposa, D. Laura Yglésias Mendes da Silva (116 ações);

- o aumento considerável de títulos detidos por acionistas ligados à Companhia desde os seus inícios, entre os quais Anselmo de Assis e Andrade (de 200 para 561 ações), António José Viana (de 100 para 200), Conde de Mendia (de 100 para 242) e Henrique José Monteiro de Mendonça (de 150 para 205). Acerca deste último pode ler-se no romance já citado as seguintes considerações:

Henrique Mendonça, grande roceiro de S. Tomé, inaugurara recentemente o seu sumptuoso palácio sobre a mais alta colina de Lisboa, onde dava festas cujo luxo a cidade inteira comentava. Visivelmente, ele estava rico com o negócio colonial, mas o país arruinava-se com as colónias, ano após ano: que política ultramarina era aquela? (Tavares, 2003, p. 84).

Por fim, sublinhe-se a entrada de alguns novos acionistas, entre os quais Jerónimo da Costa Bravo (240 ações), Luiz Sommer (162) e, sobretudo, o Banco Nacional Ultramarino que, em 1912, era detentor destacado do maior número de ações, ou seja 11 122 títulos (*RC-CIP*, 1911, p. 47-54).

Vejamos ainda qual era o panorama dos acionistas da Companhia em 1921, último ano em que o *Relatório e Contas* nos disponibiliza esta relevante informação, com a apresentação de 367 subscritores. Quanto aos considerados institucionais, destacam-se os seguintes aspetos: por um lado, a redução a cerca de metade do número de ações do Banco Nacional Ultramarino (de 11 122 para 6889); por outro, evidencia-se o reforço do setor financeiro no posicionamento acionista da empresa, com a entrada dos Bancos/Casas Bancárias Espírito Santo (21 ações), Português e Brasileiro (5), José Henriques Totta & Companhia (30), José Henrique Totta Ltd.^a (51) e das Companhia de Seguros Bonança (159) e de Seguros Marítimos Ultramarina (50). Também a Companhia da Ilha do Príncipe detinha, em carteira, 300 das suas próprias ações. Constatam-se ainda um maior controlo da Companhia – por via da subscrição de um maior número de ações – por parte dos fundadores e/ou de participantes nos órgãos sociais ou seus familiares, tais como, entre outros: Alfredo Francisco Yglésias Mendes da Silva (1000 ações), filho de Alfredo Mendes da Silva; Alice de Lima Carneiro, parte em usufruto e parte em pro-

priedade (1043); Anselmo Assis de Andrade (1240); António José de Souza Júnior (500); Francisco José de Carvalho (1200) e Francisco Mantero (1035).

Francisco Mantero (1853-1928) e Anselmo de Andrade (1844-928) – que fez parte da Geração de 70 – foram duas personalidades relevantes, cujo prestígio e dedicação constituíram uma importante mais-valia para a Companhia da Ilha do Príncipe. Aquando do seu falecimento, no mesmo ano (1928), a direção da empresa sublinhou o seguinte no respetivo *Relatório e Contas*:

Tendo falecido, em abril de 1928, os antigos diretores e fundadores da Companhia da Ilha do Príncipe, Dr. Anselmo de Andrade e Francisco Mantero que, com Alfredo Mendes da Silva, há já tantos anos falecido, organizaram esta Empresa que tão justificadamente se podiam orgulhar de a terem elevado a um grau de prosperidade que a colocou entre as mais cotadas das Empresas Coloniais, é nosso dever deixar aqui consignada a expressão da nossa grande saudade por esses amigos queridos e da nossa mais sincera homenagem pelos enormes serviços que prestaram a esta Companhia, não podendo deixar de recordar os que também prestaram ao País, como estrénuos defensores da Ilhas de S. Tomé e Príncipe, sempre que os inimigos tentaram entravar o desenvolvimento daquela colónia (*RC-CIP*, 1928, p. 13).

2. ATIVIDADE DA EMPRESA

2.1. Produtos e respetiva produção

O esforço inicial de preparação do espaço produtivo encontra-se bem expresso nos registos referentes aos primeiros anos de atividade da Companhia. Estando perante «terrenos incultos quâsi desconhecidos, onde não se encontra nada feito e onde por isso tudo se tem de começar, desde a abertura do primeiro caminho até à construção do primeiro abrigo» (*RC-CIP*, 1894, p. 18), a transformação do território em área de exploração agrícola estável passou, inevitavelmente, por derrubadas sistematizadas e outros processos de arroteamento (*RC-CIP*, 1894, p. 17-22). Se, em 31 de dezembro de 1894, já se encontravam desbravados cerca de 70 hectares (*RC-CIP*, 1894, p. 20), um ano depois a extensividade do terreno agricultável quase quintuplicou, ao ultrapassar os 300 hectares (*RC-CIP*, 1895, p. 16).

A escolha do cacau como produção hegemónica, conquanto não exclusiva, reflete a opção por

uma cultura já bem implementada no arquipélago, que então vivia uma espécie de “período áureo”, numa conjugação entre as condições ambientais propícias ao desenvolvimento dos cacauzeiros e um bom retorno financeiro proveniente da sua exportação. Embora com uma extensividade muito mais reduzida, sendo consideradas «indústrias subsidiárias», o cultivo do café (sobretudo a espécie libérica) e da cana de açúcar – com planta proveniente da ilha da Madeira (*RC-CIP*, 1895, p. 20) –, para produção específica de aguardente, demonstram ainda uma escolha segura assente nos ciclos económicos de antanho (*RC-CIP*, 1894, p. 23-25), se bem que, com o passar do tempo, este último produto não tenha prevalecido.

Atendendo às descrições iniciais, comprova-se, da parte da administração, certas precauções em torno de um excessivo desbravamento do terreno ainda inculto, com vista a não potenciar mudanças bruscas nas condições ambientais e climatéricas que pudessem colocar em causa o normal desenvolvimento da produção (*RC-CIP*, 1895, p. 18-19; 1896, p. 14; 1900, p. 15). Assim, surge já referenciado no relatório de 1895 uma «solicita e aturada vigilância» no processo de derrubadas, «de modo que não destruam senão as árvores que absolutamente prejudiquem as plantações, conservando-se todas as outras, e muito especialmente as que coram as montanhas e pontos mais elevados da nossa fazenda» (*RC-CIP*, 1985, p. 19).

Um importante registo diário do administrador Francisco Mantero versando sobre uma visita, efetuada no mês de junho de 1897, às propriedades da Companhia, permite-nos compreender, para além das plantações em crescimento e dos trilhos desbravados, a montagem dos espaços e equipamentos de produção, armazenagem (produtos e materiais) e recintos para habitação, com o território já dividido nas seguintes secções:

- **Praia da Lapa** – renomeada de **General Fonseca**, possuindo uma fábrica de produção de aguardente com moenda, destilaria e tanques;
- **Infante D. Henrique** – sede da gestão da Companhia, encontrando-se instalada a residência do administrador e um hospital com três enfermarias;
- **Neves Ferreira** – a cargo do chefe Joaquim Caetano da Silva, com acesso ao porto da Praia Seca;
- **António Enes** – terreno já com plantações, embora sem equipamentos associados;
- **Costa e Silva** – área agrícola mais a oeste

do território cultivado pela empresa, com várias instalações de armazenamento e habitação;

- **Oquê Pipi** – uma propriedade ainda inculta e de difícil acesso (*RC-CIP*, 1897, p. 25-36).

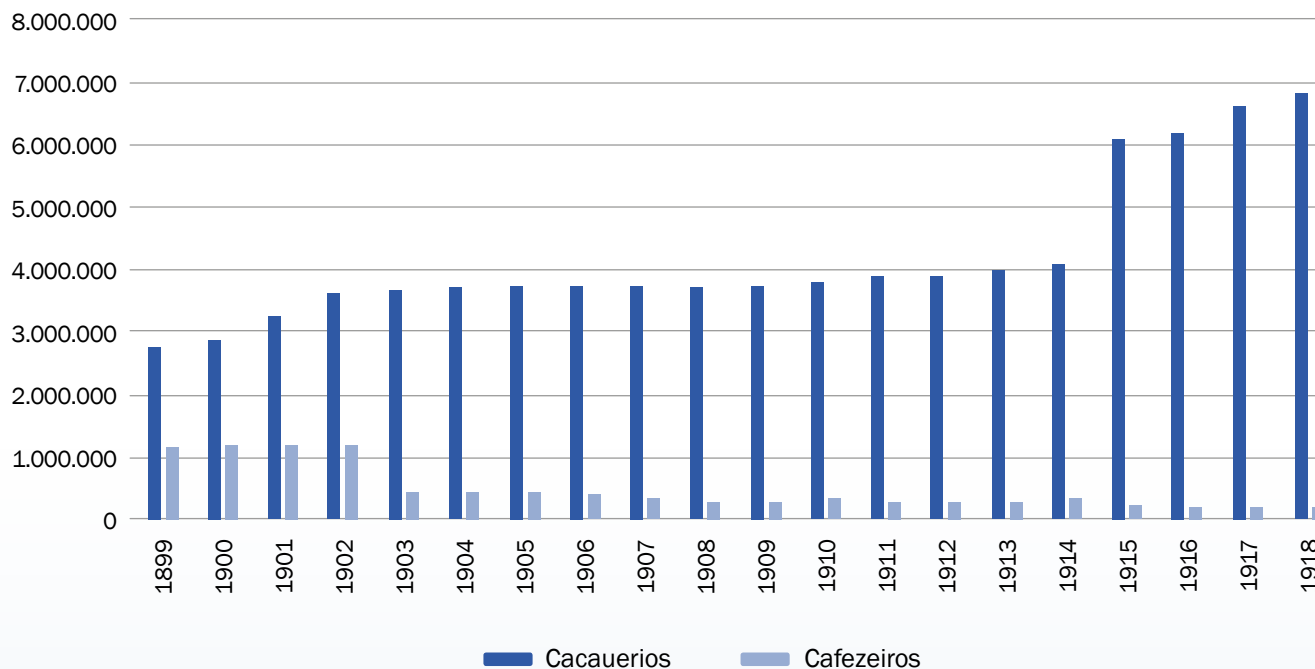
Em termos de localização geográfica, as áreas pertencentes à Companhia fixaram-se no território mais a sul do espaço insular, limitado a oeste pela extensão territorial pertencente à Sociedade de Agricultura Colonial (a conhecida Roça Porto Real) e, a norte, por esta e pela Empresa Agrícola do Príncipe, entretanto estabelecida em 1900 (Marques, 1986, p. 190).

A passagem da Companhia para a ilha de São Tomé ocorreu em 1898, com a tomada de posse da roça de Água-Izé, muito afamada por ter sido um dos expoentes máximos do ciclo do café, detendo como base produtiva cerca de 8600 hectares de extensão, conquanto somente 4300 hectares estivessem realmente cultivados (*RC-CIP*, 1898, p. 6-7). Nas suas nove dependências – Praia-Rei, Mato

Cana, Ponta das Palmeiras, Quimpo, Santo António, Castelo, Alto-Douro, Montebelo, Cantagalo – encontravam-se já plantados cacauzeiros, cafezais e árvores de borracha (*RC-CIP*, 1898, p. 6-12), não raras vezes em sobreposição ou em espaço reduzido, o que prejudicou, sobretudo, a quantidade e a qualidade da produção de café (*RC-CIP*, 1906, p. 13; 1907, p. 15; 1908, p. 18; 1910, p. 18).

Se considerarmos o número total de plantações ocorridas nas duas roças da Companhia entre 1899 e 1918, comprova-se a predominância dos cacauzeiros em relação às restantes culturas, com um crescimento sustentado ao longo dos anos, em contraste com o declínio acentuado dos cafezeiros, numa clara confirmação de “fim de ciclo” (Gráfico 1). Embora inicialmente promissor, pela qualidade do produto extraído, o investimento inicial em árvores de borracha para exportação não surtiu grandes resultados, nem tão pouco seria atraente em termos estritamente financeiros, levando à sua paulatina substituição por outros produtos (*RC-CIP*, 1901-1922).

Gráfico 1. Número total de plantações nas roças da Companhia da Ilha do Príncipe (1899-1918)



Fonte: *RC-CIP*, 1899-1918.

No que concerne aos resultados das colheitas, as causas subjacentes a anos agrícolas recessivos ou de menor intensidade assentaram nas seguintes justificações:

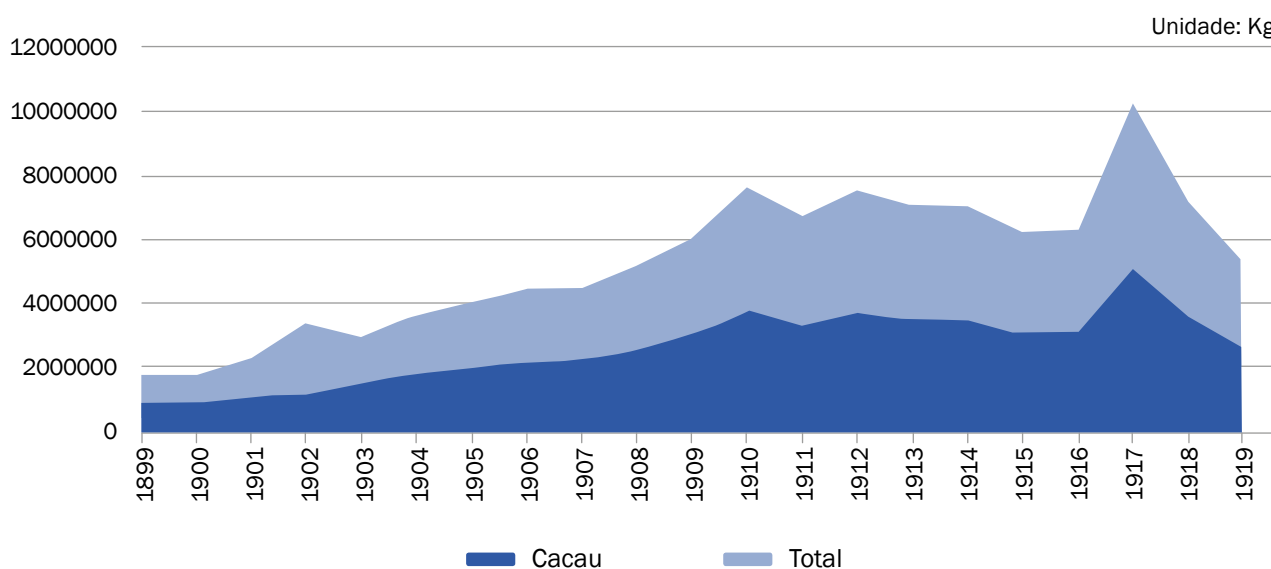
- contexto climatérico, com períodos de excesso de pluviosidade, estiagem ou humidade (invocadas, por exemplo, nos anos 1914, 1926, 1940 a 1943, 1948 e 1966);
- surgimento de pragas/doenças nas plantações (afetando a produção de 1909, da primeira metade da década seguinte e dos anos de 1921, 1955 e 1956);
- ausência de manutenção dos terrenos agrícolas;
- gestão pouco eficiente do cultivo, com a evidente promiscuidade de culturas, o que se refletiu, como já referimos, na pouca

qualidade do café;

- extenso período de plantio, entre o cultivo e a colheita;
- escassez de mão de obra, ao colocar em causa todas as fases da produção, sendo, como veremos no ponto seguinte, uma constante invocada nos relatórios da empresa.

Numa análise comparativa dos resultados anuais da produção da Companhia com os do cacau produzido entre 1899 e 1919, comprova-se que as oscilações deste produto, como cultura preponderante, afetaram, sobremaneira, os totais da empresa, num movimento progressivo que teve como ponto alto o ano de 1917, com uma safra de quase 5100 toneladas (Gráfico 2).

Gráfico 2. Companhia da Ilha do Príncipe: comparação, em quilogramas, entre a produção anual de cacau e a produção geral anual (1899-1919)

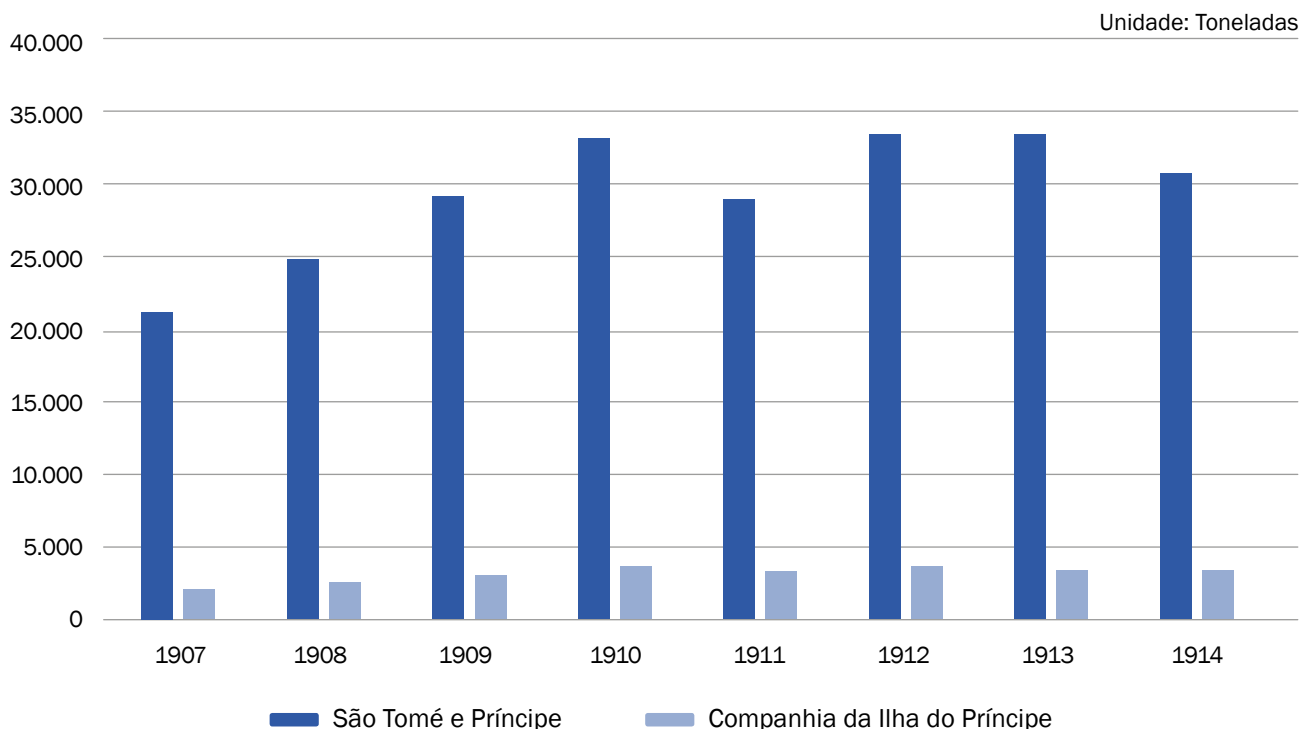


Fonte: RC-CIP, 1899-1919.

Como já evidenciou o historiador A. H. de Oliveira Marques, o arquipélago de São Tomé e Príncipe, uma «espécie de jardim botânico equatorial», encontrava-se entre os três maiores produtores mundiais de cacau à data da proclamação da República (1910) (Marques, 1986, p. 191). Numa comparação entre a produção geral em São Tomé e Príncipe e a da empresa alvo do presente estudo, entre os anos

de 1907 e 1914 verifica-se que a sua contribuição se situava entre os 10 e os 12%, sendo esta última percentagem atingida em 1911 (Gráfico 3).

Gráfico 3. Relação entre a Produção Geral de Cacau na Província de São Tomé e Príncipe e na Companhia da Ilha do Príncipe (1907-1914)

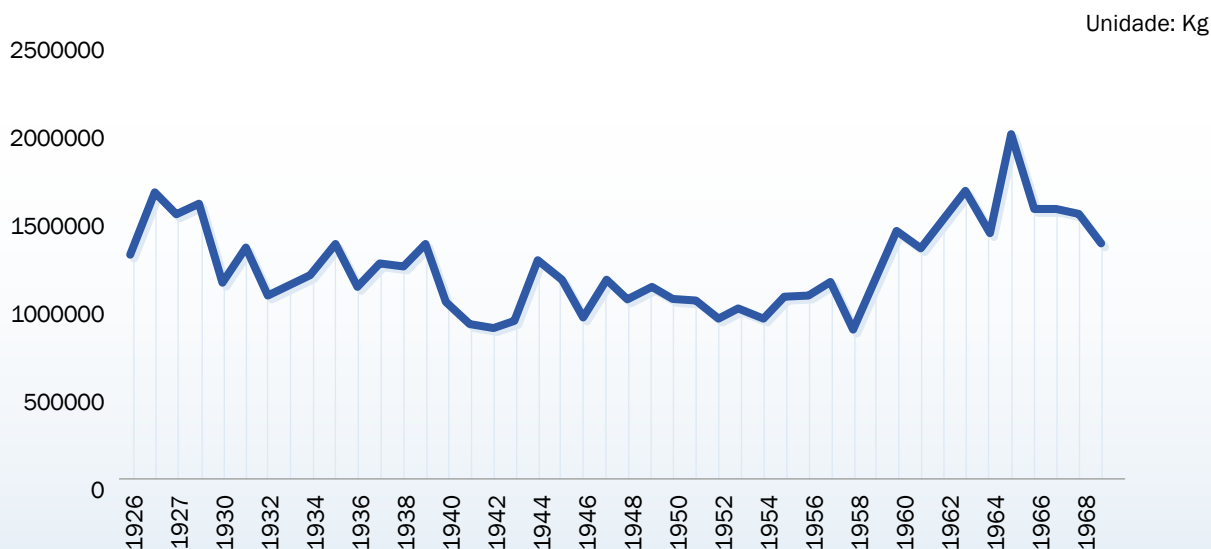


Fonte: RC-CIP, 1915; Santos, 2002.

Os dados estatísticos relativos à produção de cacau entre 1926 e 1969 evidenciam valores anuais bem mais modestos que no período anterior,

num intervalo balizado entre as 858 toneladas de 1958 e as 2003 toneladas da safra respeitante ao ano de 1965 (Gráfico 4).

Gráfico 4. Companhia da Ilha do Príncipe: produção de Cacau em Quilogramas (1926-1969)



Fonte: RC-CIP, 1926-1969.

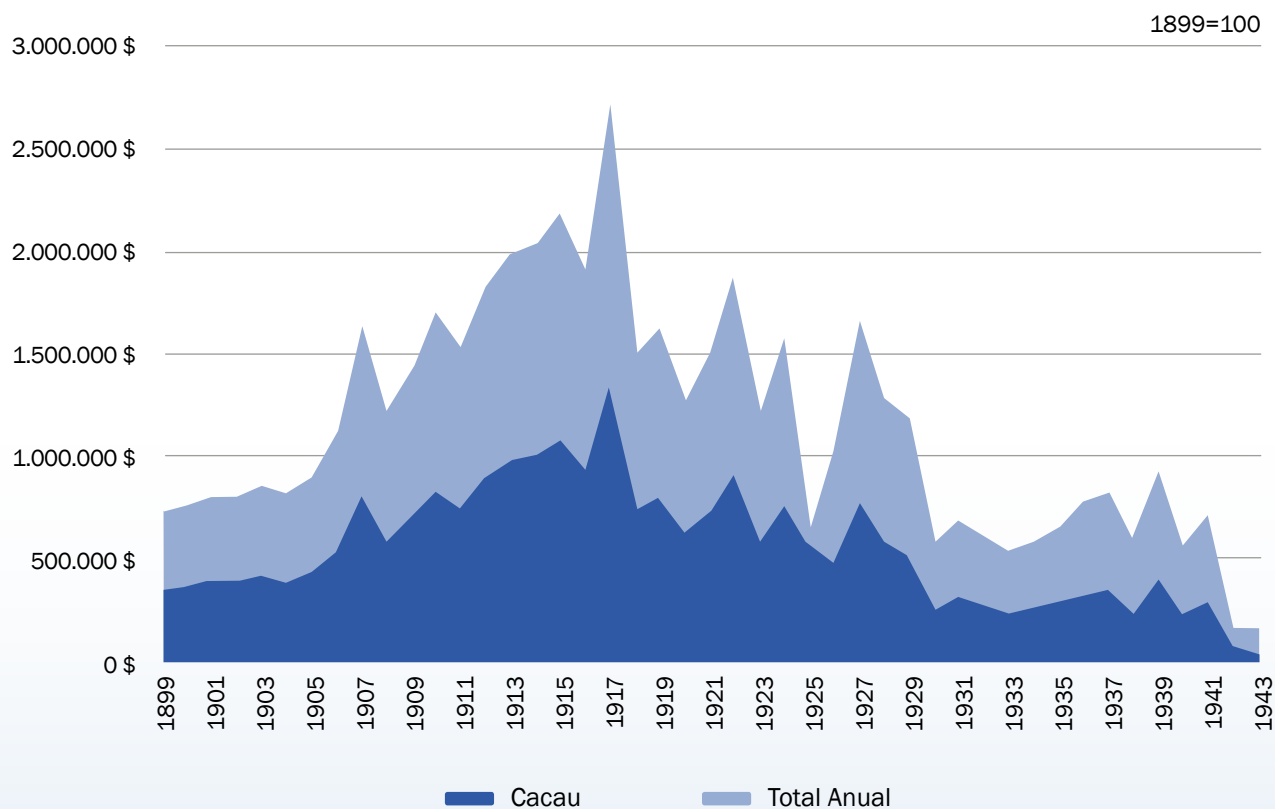
A referida baixa da produção de cacau não deverá ser entendida como uma perda de capacidade produtiva por parte da empresa, enquadrando-se, ao invés disso, numa política gradualmente assumida de policultura, sem perder a importância hegemónica da produção de cacau, onde, para além do café – produto nunca abandonado, mas de resultados inconstantes ao longo do tempo –, foram adotadas outras plantações com vista à exportação sistematizada. Deste modo, e com maior visibilidade a partir da década de 1920, a produção de coconote, kola (noz de cola), copra, rícino, óleo de palma e a própria madeira das árvores abatidas foram ganhando destaque nos resultados anuais da empresa, existindo ainda uma “segunda linha” de produtos de incidência pontual e efeitos diminutos em termos de rentabilidade (quina, banana, algodão, baunilha e canela) (RC-CIP, 1920-1969).

Além da capacidade produtiva que a empresa demonstrou ao longo do tempo, na determinação dos resultados financeiros provenientes da explo-

ração agrícola contribuíram também outras importantes variáveis, nomeadamente o escoamento dos produtos através de uma rede de transportes marítimos que nem sempre funcionou de forma regular, o valor de mercado muitas vezes fixado por estâncias internacionais e, bem assim, as conjunturas político-económicas então vividas.

Os dados assentes nos relatórios anuais permitem compreender a evolução dos ganhos auferidos pela empresa na exploração agrícola balizada pelos anos 1899 e 1943, discriminando-se os principais produtos e o total global. Numa lógica comparativa entre a verba proveniente do cacau e o total anual, a preços constantes de 1899, mais uma vez se comprova uma assimetria ao longo do tempo – exceção feita ao ano de 1925 –, com o pico a fixar-se em 1917, ocorrendo posteriormente uma diminuição significativa a partir de 1930, coincidente com o período da crise económica e financeira pós-*crash* da bolsa de Nova Iorque e o contexto recessivo vivido durante a II Guerra Mundial (Gráfico 5).

Gráfico 5. Companhia da Ilha do Príncipe: comparação do valor anual da produção de cacau com o total global dos produtos produzidos (1899-1943)



Fonte: RC-CIP, 1899-1943.

2. 2. Recursos Humanos

As condições de vida e de trabalho dos serviços contratados para as roças surgem como temática recorrente em diversos registos historiográficos que se debruçam sobre a economia e a sociedade no arquipélago de São Tomé e Príncipe. Num exercício de sintetização, a partir do que já foi escrito sobre o assunto – e que não deixa de espelhar a realidade do nosso objeto de estudo –, podemos caracterizar o contexto vivido pela mão de obra aplicada ao serviço das fazendas são-tomenses nos seguintes tópicos:

- serviços recrutados em regiões do continente africano, sobretudo nas possessões portuguesas (Angola, Cabo Verde, Guiné e Moçambique);
- regime de contratos anuais de caráter temporário, cujo *terminus* levaria ao repatriamento. São vários os relatos conhecidos em que se procedeu à renovação do contrato sem o consentimento do serviçal ou o simples bloqueamento da sua saída do território insular;
- retenção de parte do ordenado, que só seria disponibilizado no período de repatriamento;
- prática reiterada de castigos corporais em contextos de punição;
- elevada taxa de mortalidade, sobretudo nos primeiros dias de estadia na colónia;
- jornada de trabalho de pelo menos 9 horas diárias, sendo ligeiramente reduzida aos domingos;
- saída das roças altamente controlada, numa tentativa de evitar fugas premeditadas;
- escassa distribuição de géneros (alimentos, vestuário, etc.);
- instalações de pernoita sem condições de higiene e habitabilidade, não raras vezes designadas por “senzalas”;
- segregação social, quer por parte dos europeus quer pelos próprios nativos forros.

Atendendo às precárias condições de vida e de trabalho, várias acusações de regime de semiescravidão fizeram-se sentir, sobretudo nos inícios de Novecentos. Destaque-se, pelas suas repercussões internacionais, uma campanha na Grã-Bretanha ocorrida em 1909 que levou a um boicote ao cacau produzido em São Tomé, ao originar, por parte dos produtores, e em particular da Companhia da Ilha do Príncipe, uma resposta concertada

que teve no famoso libelo do administrador Francisco Mantero (1910) uma espécie de defesa da honra e, simultaneamente, de ataque à hipocrisia britânica pela replicação, nos seus espaços coloniais, das mesmas condições apontadas como nefastas/repressivas.

Vejamos, de forma sumária, como foi efetuada a gestão dos recursos humanos na Companhia da Ilha do Príncipe que, logo no relatório anual do primeiro ano de atividade agrícola (1894), aplicou, como mote, as palavras que se seguem:

As culturas são remuneradoras, é certo, mas o seu alargamento só pode fazer-se à custa de muito capital e de muitos braços. Antigamente tudo isto era suprimido pela escravidão. O capital consolidava-se no preço dos negros, mas hoje tem de se consolidar nos adiantamentos e salários dos imigrantes, contactados para cultivarem os territórios despovoados e incultos (RC-CIP, 1894, p. 13).

Ao todo, introduziram-se na ilha do Príncipe, até 31 de dezembro do referido ano, 287 serviços de diferentes proveniências: 18 de Cabinda, 160 de Novo Redondo, 91 de Benguela (contabilizando 269 originários da colónia de Angola) e 18 de Acra (capital do Gana), com o total das despesas fixado em 26 201\$550 réis (Quadro 2). →



Quadro 2

Mapa do movimento de serviços no ano de 1894 nas Propriedades da Companhia da Ilha do Príncipe

Mezes	Entradas			Procedencia	Despezas de introdução		Fallecimentos			Fugas			Capturados ou apresentados			Nascimentos			Despezas do serviço	OBSERVAÇÕES
	Homens	Mulheres	Total		Por cabeça	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total		
Abril	18	—	18	Cabinda	11,5400	205,5200	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Falleceram em viagem. Serviço de Novo Redondo. Interprete dos Acras e um Cabinda.
»	13	7	20	Novo Redondo	100,5900	2:018,5000	2	—	2	7	—	7	7	—	7	—	1	1	—	
Maior	—	—	—	»	—	—	1	—	1	4	2	6	—	—	—	—	—	—	1	
Junho	15	15	30	Novo Redondo	100,5500	3:015,5000	—	—	—	—	—	4	2	6	—	—	—	—	—	
»	18	—	18	Acra	26,5797	482,5350	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Julho	10	10	20	Novo Redondo	100,5600	2:012,5000	—	—	—	5	3	8	4	2	6	—	—	—	—	
Agosto	12	8	20	»	100,5600	2:012,5000	1	4	5	11	4	15	6	2	8	—	—	—	2	
»	1	4	5	Benguella	100,5000	550,5000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Setembro	5	5	10	»	100,5000	1:000,5000	4	1	5	2	—	2	1	2	3	—	—	—	—	
»	10	10	20	Novo Redondo	100,5600	2:012,5000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Outubro	6	6	12	Benguella	105,5000	1:260,5000	4	3	7	3	—	3	3	—	3	—	—	—	—	
»	13	13	26	»	105,5000	2:730,5000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Novembro	16	16	32	»	100,5000	3:200,5000	4	7	11	7	—	7	4	—	4	—	1	1	—	
Dezembro	3	3	6	»	100,5000	600,5000	8	9	17	5	1	6	3	—	3	1	—	1	—	
»	30	20	50	Novo Redondo	102,5000	5:105,5000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
	170	117	287			26:201,5550	24	24	48	44	10	54	32	8	40	1	2	3	3	

Fonte: RC-CIP, 1894, p. 38-39.

A distribuição inicial de funções efetuou-se de acordo com as proveniências, ao serem apresentadas determinadas aptidões laborais a cada núcleo étnico:

Assim aos Cabindas, que são marinheiros exímios, foi incumbido o serviço em que primam pela sua proverbial destreza e naturais tendências [...]. Os Acras, notáveis pelo vigor físico, são machadeiros e são esses os que melhores serviços nos têm prestado no trabalho violento das derrubadas. Os Angolas estão uns empregados em serviços do campo ou em serrar madeiras, aplicam-se outros a labores domésticos e estão ainda outros entregues à aprendizagem de ofícios com os mestres europeus (RC-CIP, 1894, p. 9).

Constata-se, nos primeiros anos de atividade, um elevado número de falecimentos entre os serviços, sobretudo no período de aclimação ao território insular, não sendo de descurar o insipiente estado sanitário das instalações onde pernoitavam. A taxa de mortalidade entre os trabalhadores africanos situou-se entre os 16% verificados em 1894 e os 10% de 1897, sendo invocadas, como doenças letais, a anemia e a disenteria (RC-CIP, 1894, p. 10). As tentativas de fuga da área de influência da Companhia foram, ainda assim, significativas, conquanto diminuíssem ao longo dos anos iniciais, entre os

quase 19% de 1894 e os residuais 1,38% de 1897, com grande parte dos evadidos a serem capturados e reintroduzidos nas várias dependências da roça (Quadro 3).

Quadro 3. Companhia da ilha do Príncipe: número de falecimentos e das fugas (184-1897)

Ano	Serviços (Total)	Falecimentos		Fugas	
		n.º	%	n.º	%
1894	287	48	16,72%	54	18,82%
1895	396	57	14,39%	21	05,30%
1896	455	48	10,55%	10	02,20%
1897	436	46	10,55%	06	01,38%

Fonte: RC-CIP, 1894-1897.

Perante as críticas veladas de maus tratos e de trabalho forçado, providas a nível nacional e internacional, a Companhia usou como contra-argumentação uma série de dados e de comparações com outras realidades laborais. Além do que foi salientado em 1910 por Francisco Mantero, devido ao embargo do cacau são-tomense pelos produtores

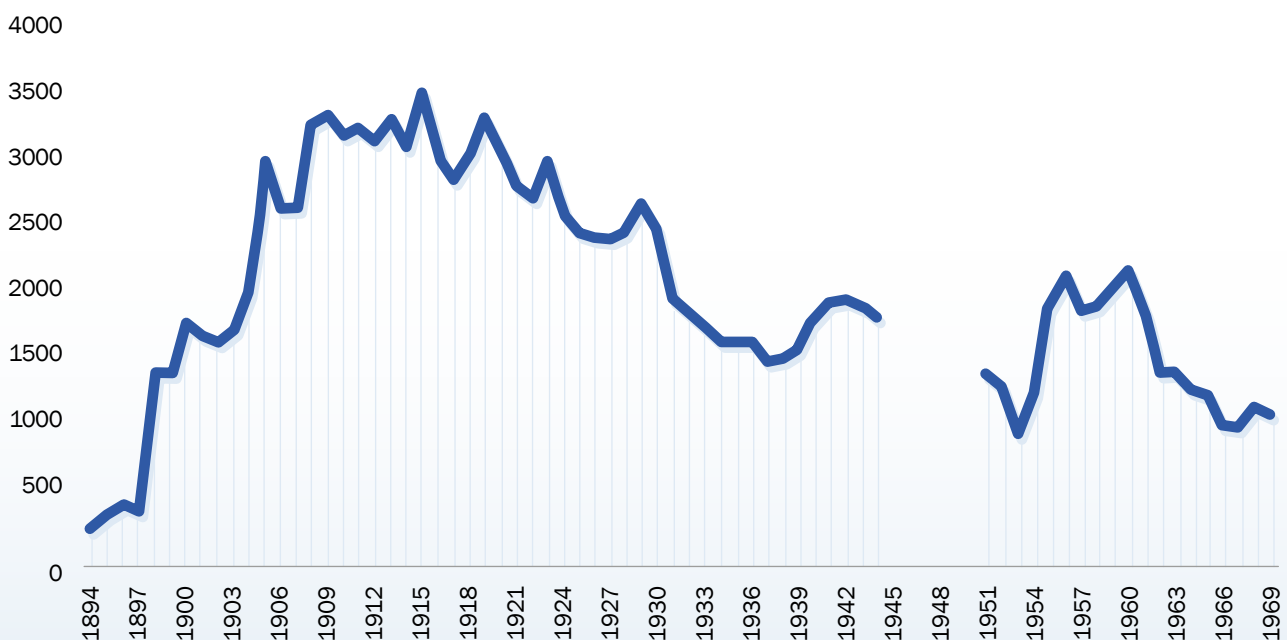
britânicos de chocolate, anos antes, já em 1903, o relatório anual expôs o seguinte raciocínio:

da situação do nosso pessoal nada vos temos a dizer que não seja extremamente agradável, e que não tenda a destruir a opinião, ainda hoje dominante, de que é muito para lastimar a sorte dos pretos que trabalham nas fazendas de S. Tomé e Príncipe. É a superstição do sentimentalismo [...]. A mortalidade tem diminuído consideravelmente, mercê de melhores habitações, de uma boa e farta alimentação e de grande moderação no trabalho [...]. Nenhum trabalhadores rurais são aqui tão bem tratados nos campos, e poucos operários terão igual alimentação nas cidades [...]. Nunca trabalharam mais de 9 horas por dia, e muitas vezes menos. Se se acrescentar a isto que os serviçais, quando estão doentes, têm a enfermaria, o médico e o tratamento, e depois, na convalescença, lhes não faltam os alimentos e o descanso, vê-se que a situação do trabalhador preto em São Tomé, longe de ser para lastimar, como muitos pensam e dizem, é muito antes para ser invejada pelos trabalhadores da metrópole (RC-CIP, 1903, p. 16-17).

Os dados referentes ao número anual de serviçais africanos contratados permitem-nos comprovar o crescimento exponencial nos dez primeiros

anos de laboração, mantendo-se, *a posteriori*, no intervalo entre os 3000 e os 3500, durante o final dos anos de 1910, e em quase toda a década seguinte, num período coincidente com a “idade do ouro” do cacau são-tomense, ao atingir o pico de entrada de trabalhadores em 1915 (3481). A partir da década de 1920 é visível um decréscimo significativo, ainda que com algumas variações, como por exemplo um crescimento pouco acentuado nos inícios dos anos de 1940. Nos decénios seguintes, o número anual de serviçais balizou-se entre o mínimo de 953, referente ao ano de 1953, e o máximo de 2169 trabalhadores em 1960, seguindo-se, a partir da referida data, uma tendência claramente decrescente (Gráfico 6). Em termos de divisão da mão de obra pelas dependências da Companhia, de acordo com os números apresentados nos relatórios anuais – que espelham as dimensões das próprias roças –, grande parte dos serviçais atuaram nas plantações de Água-Izé, em São Tomé, sendo este o verdadeiro epicentro produtivo da empresa. Podemos considerar, por exemplo, o ano de 1964 como o protótipo da divisão dos serviçais entre as roças, laborando 1120 na Água-Izé, 90 na Infante D. Henrique (ilha do Príncipe) e 90 na Trás-os-Montes, sendo, este último, um espaço de plantação adquirido em São Tomé no início da década anterior (RC-CIP, 1964, p. 13).

Gráfico 6. Companhia da Ilha do Príncipe: serviçais contratados (dados em 31 de dezembro)



Fonte: RC-CIP, 1894-1969.

Numa apreciação global à origem dos serviços contratados, Angola e Cabo Verde surgem destacados das restantes naturalidades. Se os primeiros já se encontram inseridos no ano inicial de laboração, a introdução nas roças da Companhia de cabo-verdianos efetuou-se, pela primeira vez, em 1903 (*RC-CIP*, 1903, p. 16), precedendo a entrada de habitantes oriundos da Guiné Portuguesa, ocorrida dois anos antes (*RC-CIP*, 1901, p. 15). A primeira integração de «moçambiques», há muito almejada pela administração, aconteceria mais tarde, somente em 1908 (*RC-CIP*, 1908, p. 16).

No período inicial de laboração da Companhia, a contratação de diferentes povos do continente africano extravasou os espaços coloniais sob administração portuguesa, ao passar também pelo continente asiático. Registe-se, deste modo, a contratação:

- de acras (provenientes das regiões do Gana), empregues já em 1894 para funções de desbravamento do território, com presença confirmada ainda no ano seguinte (*RC-CIP*, 1894, p. 9);
- de «krumanos» ou *Kroumens*, grupo étnico oriundo dos atuais territórios da Libéria e da Costa do Marfim. Foram introduzidos na ilha do Príncipe logo em janeiro de 1895 (*RC-CIP*, 1894, p. 11), constando ainda na contabilidade dos anos de 1907 (*RC-CIP*, 1907, p. 11) e 1912 (*RC-CIP*, 1912, p. 16). Considerado «o melhor trabalhador de África» (*RC-CIP*, 1894, p. 11) e reconhecido pela sua robustez física, recaiu sobre o krooboy, no período inicial, as funções inerentes às derrubadas, com a sua remuneração a ser efetuada em libras (*RC-CIP*, 1896, p. 10);
- de «chinas», «chins» ou *coolies*, provenientes da China (via Macau), sendo uma importação inicialmente muito desejada pelos administradores (*RC-CIP*, 1894, p. 11-15) – com a entrada de 80 em Príncipe já em 1895 –, conquanto pouco eficiente em resultados laborais, recaindo sobre este grupo étnico, logo no primeiro ano, uma elevada taxa de mortalidade, com o falecimento de 50 trabalhadores (*RC-CIP*, 1896, p. 10). Os restantes sobreviventes terminaram o contrato com a Companhia por volta de 1900 (Nascimento, 2004, p. 95-100);
- de indianos, contratados em 1905 com vista ao desenvolvimento da produção de coconote em Água-Izé, cuja presença na roça ficou marcada pela enfermidade e consequente alta taxa de mortalidade, levando

à suspensão, ainda no referido ano, de novas contratações de mão de obra originária deste quadrante (*RC-CIP*, 1905, p. 16 e 21;

- Nascimento, 2004, p. 104-107).

A presença de funcionários de origem europeia com funções especializadas e de controlo e vigilância sobre os trabalhos das roças aumentou conforme a extensão da área produtiva da Companhia e as necessidades inerentes à própria produção. Dos 16 europeus presentes no ano inaugural – 1 administrador geral, 1 feitor, 7 carpinteiros, 4 pedreiros (*RC-CIP*, 1894, p. 9) –, essenciais na coordenação da ocupação, demarcação do território e construção das primeiras estruturas, passou-se, em 1916, para os 64 trabalhadores com a referida origem, num ano que integrou o ciclo de maior produção de cacau no arquipélago (*RC-CIP*, 1916, p. 12).

A carência de mão de obra servicial disponível surge como uma constante ao longo do período de laboração da Companhia, com reflexos evidentes na capacidade produtiva, sobretudo nos períodos de plantação e de colheita. Sobre este assunto, no relatório do ano de 1907 expôs-se a seguinte reflexão:

Não é pois à falta de braços que se há de tolher um desenvolvimento de riqueza nacional, para que bastará a boa vontade e decisão dos poderes públicos. O governo português, que consente e facilita a emigração de gente nossa para o violento e arriscado trabalho das minas em terras estranhas, não pode deixar de auxiliar essa emigração para colónias nossas, cumprindo ao mesmo tempo deveres de humanidade, visto ser o trabalho agrícola em São Tomé muito mais moderado que o das minas do Rand, onde as condições de vida são, além disso, incomparavelmente mais duras e apertadas do que na nossa colónia (*RC-CIP*, 1907, p. 13).

No início da década seguinte, as críticas veladas à legislação então vigente que regulava o recrutamento, transporte, contextos do foro laboral e repatriamento de serviços, subiram de tom (*RC-CIP*, 1913, p. 14-15; 1914, p. 13-14), ao mesmo tempo que a constituição da Sociedade de Emigração para São Tomé e Príncipe – com aprovação estatutária por parte do governo em novembro de 1912 – foi pensada como uma solução viável que permitisse suprimir tais entraves, detendo como objeto «fornecer trabalho livre aos agricultores, industriais e comerciantes daquelas duas ilhas» (*RC-CIP*, 1912, p. 15).

Em 1932 compensou-se a diminuição do número de serviços com a admissão, durante sete

meses, de nativos de São Tomé – numa média mensal de 193 pessoas –, para serviços de valadagem por empreitada, abrindo, ao todo, cerca de 438 metros de valas numa área aproximada de 163 hectares (*RC-CIP*, 1932, p. 8). Apesar de o seu trabalho ser, não raras vezes, considerado de fraco rendimento (*RC-CIP*, 1937, p. 9), o expediente de contratação precária de nativos por empreitada, com «salários a seco», manteve-se ativo ao longo das décadas seguintes, não interferindo com o recrutamento de serviços.

Saliente-se, de igual modo, a posição de recusa da maior parte dos nativos forros – também conhecidos como “filhos da terra” – em participar ativamente nos serviços das roças, considerados altamente desprestigiantes da sua condição de homens livres, resistindo, igualmente, às requisições forçadas empreendidas pelo governador geral da província Carlos de Sousa Gorgulho (1945-1953), com vista ao trabalho nas Obras Públicas do arquipélago, numa tentativa velada, nunca verdadeiramente assumida, de aplicar aos são-tomenses nativos o Estatuto do Indigenato, que os enquadraria legalmente como aptos para os contextos do trabalho serviçal, colmatando, deste modo, a constante escassez de mão de obra nas dependências roceiras. Estas tensões evidentes entre a administração colonial e os nativos forros levaram a uma série de acontecimentos repressivos encetados a 3 de fevereiro de 1953 – reportados na historiografia como o Massacre de Batepá –, onde pereceram, provavelmente, mais de 500 vítimas, estando, de igual modo, na origem da consciência anticolonial e nacionalista em São Tomé e Príncipe (Rosas, 2018; Rodrigues, 2018).

Poucos anos após os referidos acontecimentos, e numa tentativa de estimular o trabalho de mão de obra são-tomense, registou-se, em 1955, o aumento dos preços base de serviços à tarefa, o que não impediu de, no relatório anual, terem sido redigidas considerações generalistas assentes na premissa de que «os nativos continuam pouco interessados em trabalhar para o agricultor europeu» (*RC-CIP*, 1955, p. 13). Ainda sobre este assunto, no relatório de 1969 salientou-se o seguinte:

As crescentes dificuldades encontradas quer no recrutamento, quer no transporte de trabalhadores cabo-verdianos, têm levado à mecanização de uma gama cada vez maior de operações, e à utilização, em moldes diferentes dos tradicionais, de mão de obra local, mão de obra esta escassa, de difícil fixação e difícil habituação a alguns trabalhos agrícolas (*RC-CIP*, 1969, p. 6).

Para além dos trabalhadores efetivos, provenientes de outras províncias ultramarinas, as categorizações específicas aos recursos humanos incluíram as designações de trabalhadores eventuais (à jorna e à tarefa), bem como trabalhadores em serviços adstritos à agricultura (*RC-CIP*, 1969, p. 7).

2.3. Tecnologias e desenvolvimento

A extensão das roças em exploração, dispostas em ilhas separadas por cerca de 150 km, e a produção e comercialização dos produtos em larga escala exigiram elevados investimentos em temas de mão de obra e de tecnologia adequada. Temos diversos testemunhos da sua introdução progressiva, não só na produção agrícola e industrial como nos transportes e comunicações.

Como sucedeu em países de industrialização tardia, Portugal deteve algumas vantagens neste âmbito pelo facto de poder recorrer ao avanço alcançado por outras nações na produção de equipamentos industriais, de transporte e comunicações, além da tecnologia de que o país já dispunha.

Em termos energéticos, dada a longevidade da Companhia, ao longo do período de laboração foram utilizados vários tipos de energia, desde a humana, animal e hidráulica à do vapor e à eletricidade, as quais foram importantes em contextos socioeconómicos diversos, do Antigo Regime à 1.ª, 2.ª e 3.ª Revoluções Industriais. Vejamos alguns exemplos do que se acaba de expor.

Já bem entrado o século XX ainda se recorria à roda hidráulica, sendo um equipamento típico da época pré-industrial e das primeiras fases da industrialização. A propósito, pode ler-se no relatório de 1925 o seguinte:

Estão em vias de conclusão os trabalhos das águas do rio Cadá no Príncipe, conseguindo-se armazenar 400 000 litros de água, a qual vai acionar a 150m a roda hidráulica, para movimentar as oficinas de preparação de madeiras e produção de energia elétrica (*RC-CIP*, 1925, p. 8).

Ainda sobre a eletricidade, acrescenta-se que esta chegou às roças da Companhia relativamente cedo, já em 1912, ou seja, de forma não muito desfasada do que então se verificava na metrópole. No relatório do referido ano salienta-se que «se construiu o edifício, onde se vão instalar o dínamo e aparelhos de eletricidade destinados à iluminação». Enaltecera-se, de igual modo, as vantagens de tal

inovação, já que, além do custo da montagem, o restante pouco ultrapassava o custo da lenha que se consumia na caldeira (que era o motor do café), poupando-se também na iluminação o que se gastava em petróleo, «para se estar pouco melhor que às escuras» (RC-CIP, 1912, p. 10). Por sua vez, a energia a vapor já seria utilizada pela empresa pelo menos desde 1904 (RC-CIP, 1912, p. 9).

A distância a que a companhia se encontrava em relação aos grandes centros produtivos levou os seus responsáveis a recorrer à produção própria de certos equipamentos e materiais de construção. Assim, logo nos seus inícios (1898), salientava-se que

Na Testa de Ponte [em Água-Izé, ilha de S. Tomé] está um guindaste fabricado nas nossas oficinas de serralharia que facilita a carga e descarga de mercadorias nas embarcações encostadas e, em todas elas, está assente uma linha férrea para trânsito dos “wagonetes” que transportam essas mercadorias para o lugar de embarque (RC-CIP, 1898, p. 10).

Também se alude a materiais fabricados no seio da própria empresa. Em 1919, a administração comunicou que tinha sido encomendado equipamento para a produção de 300 blocos por dia, iguais a 3000 tijolos, o que permitiria reduzir substancialmente o custo das instalações (RC-CIP, 1919, p. 8).

Foi ainda efetuado algum investimento industrial com vista à transformação, *in loco*, de certas matérias-primas exploradas. Assim, apresentam-se referências a uma fábrica de óleo de palma, a qual já trabalhara «nos últimos seis meses do ano [1934], com resultados muito satisfatórios» (RC-CIP, 1934, p. 9). Por seu turno, em 1955 menciona-se um novo espaço de extração de óleo de palma, bem como o respetivo equipamento, concluindo-se sobre a sua utilidade nos seguintes termos: «Esta fábrica vem assegurar um melhor rendimento qualitativo e quantitativo à nossa produção e permite-nos libertar mais de meio cento de auxiliares indígenas, ocupados com a alimentação da atual» (RC-CIP, 1955, p. 16).

Em relação aos transportes e comunicações, registam-se ainda alguns dados sobre o caminho de ferro e a instalação telefónica. Relativamente ao transporte ferroviário, em 1895 preparava-se a instalação do sistema *Decauville* (via estreita) e, em 1909, informava-se que o caminho de ferro a vapor substituiu a tração animal, verificando-se ainda a aquisição de uma locomotiva de 40 cv. A introdução de um mecanismo similar movido a diesel ocorreu somente em 1962. Temos, de igual modo, informa-

ção acerca da extensão da rede ferroviária nas roças da Companhia em diferentes anos: 40 km, em Água-Izé (1909), 56 km, no total das propriedades (1923), tendo em 1920 três locomotivas ao serviço (RC-CIP, 1895, 1909, 1923, 1963).

Uma das grandes dificuldades com que a Companhia se debateu assentou na deslocação marítima de pequeno e de longo curso. Na ligação entre as duas ilhas do arquipélago, já em 1899 a empresa dispunha de um barco a vapor, para o que foi necessário construir um *hangar* para depósito de carvão (RC-CIP, 1899, p. 8). Todavia, logo em 1903, a referida embarcação foi retirada do serviço, efetuando-se a sua substituição por navegação à vela, então considerada bem mais económica. Para o efeito, providenciou-se a construção de uma chalupa nos estaleiros da metrópole (na margem esquerda do rio Tejo) com 21 metros de comprimento e capacidade para 80 toneladas de carga. Foram também construídas mais duas embarcações – uma lancha e um batelão – para serviço intensivo nas propriedades em S. Tomé e na ilha do Príncipe (RC-CIP, 1903, p. 14-15).

Outros mecanismos foram sendo introduzidos, particularmente no pós-II Guerra (anos de 1950-60). De acordo com o exposto na apresentação anual das contas da empresa, se, em 1944, «A guerra mundial não permitiu adquirir nos últimos cinco anos muitos materiais de que tanto carecemos, bem como substituir maquinismos que, pelo seu uso, já não estão em condições de produzirem o devido rendimento» (RC-CIP, 1944, p. 8), em 1960 dava-se a seguinte informação: «A fim de acelerar a reparação das estradas, adquiriu-se um trator equipado com uma pá niveladora e com um cilindro compactador» (RC-CIP, 1960, p. 12). Também neste relatório se acrescenta o seguinte:

Durante o ano findo procedeu-se à revisão geral de todos os motores fixos e móveis, bem como à revisão das caldeiras para o que se mandou para S. Tomé um mecânico especializado. Terminou-se também a renovação da rede elétrica de Praia Rei, iniciada em 1959, e procedeu-se à revisão da Central elétrica (RC-CIP, 1960, p. 13).

As comunicações telefónicas entre alguns centros de produção são referidas logo em 1895 (RC-CIP, 1895, p. 21), mas somente na centúria seguinte, em 1937, se montou a rede telefónica em todas as propriedades, «economizando-se assim tempo e pessoal nas comunicações entre a sede, as 14 dependências e nas destas entre si» (RC-CIP, 1937, p. 8).

3. ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO: LIMITAÇÕES E LINHAS DE FORÇA

3. 1. Dos inícios até aos anos de 1940

A administração e gestão da Companhia da Ilha do Príncipe constituía tarefa difícil, não só pela natureza da atividade – desbravar terrenos incultos, introdução e adaptação de novas plantas, recrutamento de contingentes de mão de obra e concorrência internacional –, mas ainda pela distância a que as roças se encontravam dos centros de decisão, política e empresarial, sediados em Lisboa.

Numa primeira fase, foram incumbidos de gerir os negócios da empresa em S. Tomé e Príncipe individualidades com currículo ligado à política ou à carreira militar, bem como acionistas de relevo na empresa e respetivos familiares. A própria hierarquização das chefias, definida logo nos inícios da Companhia (1895), apontava para uma liderança forte e não tanto para gestores com provas dadas. A dita hierarquização foi definida pelos seguintes postos/cargos: *administração, chefes de serviço e capatazes*. A propósito deste aspeto sublinhava-se o seguinte:

Deve-se em grande parte o incremento dos nossos arroteamentos e plantações a essa acertada divisão do trabalho, que seria impossível sem a desacumulação de serviços, e desordenada, cara e improdutiva, sem a fiscalização dos capatazes, subordinados [...] aos chefes de secção, e subordinados ainda estes, por seu turno, numa bem estabelecida hierarquia, ao administrador geral (RC-CIP, 1895, p. 8).

Em 1896, a administração instituiu como lema da companhia «O máximo desenvolvimento dentro da máxima economia», acrescentando ainda as seguintes considerações:

É regra que temos estabelecido e é observando esta regra que procuramos substituir, por um pessoal mais barato e não menos prestável para os serviços de que mais se carece no estado adiantado das nossas plantações, da parte que se puder dispensar d'um pessoal sempre mais caro pelo salário e, hoje, mais caro ainda pela espécie da moeda em que se lhe paga (RC-CIP, 1896, p. 10).

A fim de concretizarem a estratégia inicialmente definida, foram designados o major Francisco José da Silveira, antigo governador da ilha do Príncipe, como administrador das propriedades naquela ilha

(RC-CIP, 1894, p. 5-6; 1895, p. 5-6) e o general Claudino de Sousa e Faro para a gestão dos terrenos cultivados em S. Tomé (RC-CIP, 1899, p. 13). Na sua ausência assumiu funções de administrador das ditas propriedades o seu filho, Bernardo de Souza e Faro, «distinto oficial da Armada» (RC-CIP, 1907, p. 14). Esta tradição de envolver militares de altas patentes nos órgãos de administração da empresa prolongou-se no tempo pois, ainda em 1960, o general Luiz da Câmara Pina era membro do respetivo Conselho Fiscal, tendo pedido a exoneração do cargo devido aos seus afazeres como Chefe do Estado Maior do Exército (RC-CIP, 1961, p. 16).

Sobre a preparação dos administradores, em finais do século XIX e inícios da centúria seguinte, expressou-se Ezequiel de Campos, sendo um profundo conhecedor da realidade das ilhas em foco: «Foi da praxe cuidar-se pouco da competência agrícola dos administradores das roças» (Campos, 1955, p. 200). Mas, também já foi recordado: «como é de regra, ninguém contesta a competência, quando os rendimentos são fabulosos» (Ferrão, 2012, p. 258).

Dispomos de escassos elementos acerca da evolução e atualização dos métodos de gestão praticados na Companhia. Todavia, advertências sobre os riscos de uma monocultura – centrada exclusivamente na produção de cacau (RC-CIP, 1920, p. 11, 1923, p. 8) –, assim como a alusão ao «princípio da divisão do trabalho» (RC-CIP, 1918, p. 12) revelam que os responsáveis pela Companhia tinham algum conhecimento do papel a desempenhar pela “mão visível” no desempenho das empresas, recorrendo à expressão vulgarizada por Alfred Chandler.

3.2. Gestão do Grupo CUF

A entrada, no ano de 1946, de Jorge de Mello (1921-2013) para o Conselho Fiscal da Companhia da Ilha do Príncipe (RC-CIP, 1946, p. 20) confirma o interesse e a posição que o grupo CUF então detinha sobre a referida empresa, uma vez que, já em 1943, controlava 30% do seu capital (Faria, 2007, p. 140). Estamos perante um conglomerado empresarial com ramificações em diferentes sectores – entre outros, indústria química, transportes, construção naval, tabacos e setor financeiro –, cuja origem remonta aos finais do século XIX, sob o comando do fundador e conhecido empreendedor Alfredo da Silva (1871-1942), que assumiu um papel significativo no desenvolvimento da industrialização da metrópole, sem descuidar alguns interesses que deteve nos territórios ultramarinos (Faria, 2021; Alves, 2004, p. 54).

Após o seu falecimento, a sucessão dinástica recaiu sobre o genro Manuel de Mello (1895-1966) que, por sua vez, ainda na década de 1940, abriu as portas à participação dos seus descendentes no grupo, com Jorge de Mello a ascender a vogal do Conselho de Administração em 1948 – chegando à presidência da CUF em 1966, após a morte do seu progenitor – e José Manuel de Mello (1927-2009) a entrar nos órgãos sociais já em 1953 (Faria, 2007, 179-183).

No quadrante ultramarino, o consulado de Manuel de Mello à frente dos destinos do grupo CUF (1942-1966) ficou marcado, por um lado, por uma política de posição dominante no âmbito da navegação marítima (de passageiros e mercadorias) entre a metrópole e as colónias, onde, para além de deter a Sociedade Geral de Indústria, Comércio e Transportes – fundada por Alfredo da Silva em 1919 – e de participar, como acionista, na Sociedade Portuguesa de Navios Tanques (1947), conseguiu, em 1955, adquirir a maioria do capital e respetivo controlo da administração da Companhia Nacional de Navegação (Mendes e Freitas, 2022). Por outro, a aposta na exploração e transformação de matérias-primas passou pela constituição de novas empresas – em consórcio ou por investimento individual –, como foram, entre outras, a Companhia do Cobre de Angola (1944), a Companhia Têxtil do Pungué, Moçambique (1956) e a INDUVE – Indústrias Angolanas de Óleos Vegetais (1957). O interesse e respetivo reforço acionista da CUF na Companhia da Ilha do Príncipe, ocorrido a partir de 1943, vai, deste modo, ao encontro da diretriz estratégica do grupo nas explorações (agrícolas e industriais) criadas e mantidas em contexto ultramarino.

Em 1955, com a morte do diretor da Companhia Alfredo Yglésias Mendes da Silva – filho do fundador Alfredo Mendes da Silva –, Jorge de Mello, com anuência do seu pai, assumiu o cargo de presidente do Conselho de Administração, trazendo consigo uma série de personalidades ligadas à CUF, incluindo o seu irmão José de Mello (*RC-CIP*, 1955, p. 18-24) e algumas empresas pertencentes ao conglomerado ou a ele associadas (*RC-CIP*, 1955-1969).

Mais do que uma mudança de personalidades, as alterações na gestão da companhia, a partir de 1955, foram deveras evidentes. Além da já referida mecanização de diversas operações, de modo a colmatar a escassez de mão de obra, bem como a continuidade por uma produção diversificada, que não se cingisse somente ao cacau, listam-se, em seguida, as concretizações efetivas da gestão da empresa a partir do referido ano:

- aumento da área produtiva, com a aquisição das roças Nova Olinda, Trás-os-Montes (1955) e ainda da dependência da Pinheira, integrada na roça de Água-Izé (1969);
- recuperação e ordenamento das plantações, com o saneamento de cacauzeiros infestados por pragas e replantação de áreas abandonadas, num dispêndio, contabilizado até 31 de dezembro de 1960, de 6 500 0698\$71;
- renovação de equipamentos e instalações tecnológicas relacionadas diretamente com a produção de cacau;
- melhoramento dos meios de transporte (em particular dos caminhos de ferro, com a aquisição de uma locomotora), (re) construção de pontes e caminhos entre dependências ou destas até às principais localidades, com vista a um escoamento da produção mais eficaz;
- edificação de um núcleo de moradias destinadas à mão de obra europeia (1957) e de novas habitações para os trabalhadores africanos, com a inauguração dos terreiros do Quimpo e de Águas Belas (1963-1964);
- instalação de postos de ensino primário, com contratação de regentes escolares nativos, funcionamento de creches em todas as dependências e utilização de transporte escolar para o Liceu de S. Tomé (1963-1964);
- planificação e concretização, a partir de 1963, de novos métodos de ocupação das terras não cultivadas – onde a mecanização dos meios de produção não teria aplicação possível –, com a criação de uma experiência piloto no terreiro de Águas Belas, em que se procedeu à distribuição de terra arroteada para cultivo a famílias previamente selecionadas, com os produtos produzidos a serem comprados pela Companhia em condições especiais (*RC-CIP*, 1955-1969).

Sob a coordenação do engenheiro agrônomo Carlos Rebelo Marques de Almeida, diretor-delegado da empresa, denota-se, com a nova gestão, a aplicação de um princípio fundamental em todo o universo CUF, que primou pela competência técnica dos quadros superiores, preenchidos por profissionais altamente especializados, encontrando-se, nesta Companhia, um acompanhamento de proximidade no terreno, efetuado, já em 1955, pelo inspetor geral Henrique Almeida Barreiros, engenheiro

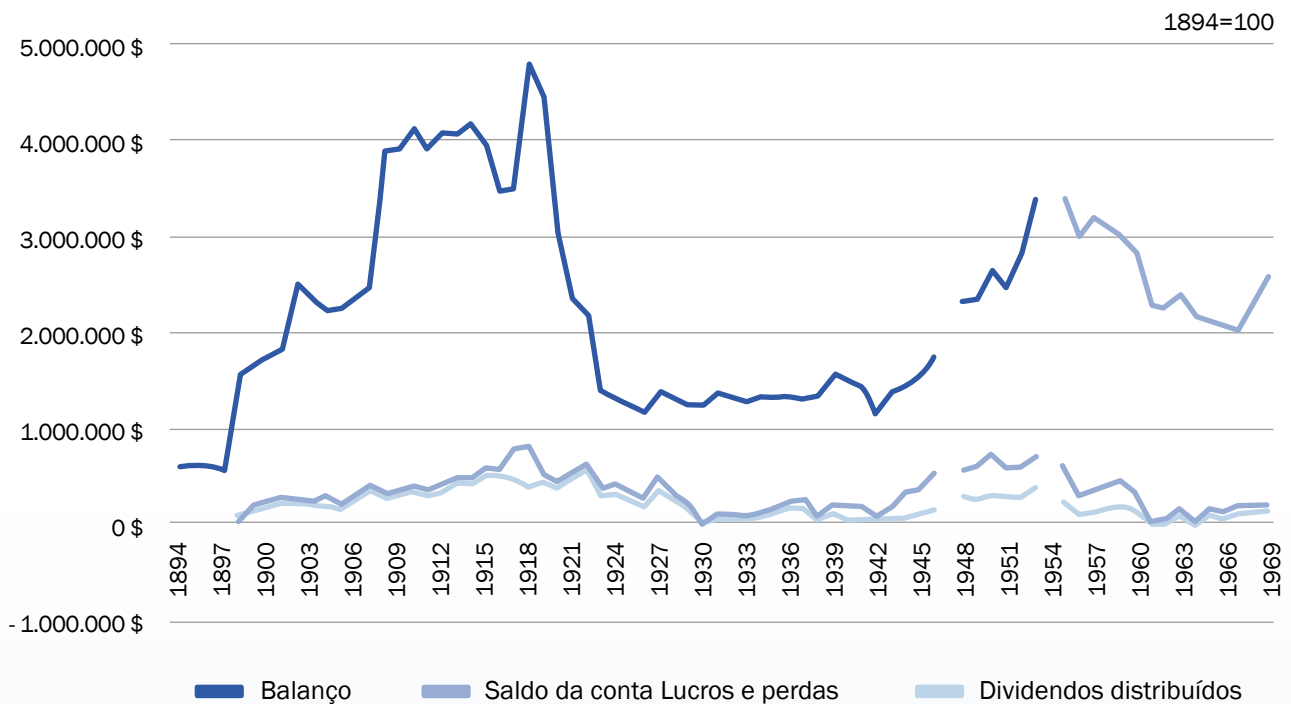
agrônomo de formação (*RC-CIP*, 1955, p. 18). Com o objetivo de compreender os meandros da plantação e comercialização da banana para exportação, este efetuou uma deslocação, em 1964, à América do Sul, em particular ao Equador (*RC-CIP*, 1964, p. 12), ao ascender, cinco anos mais tarde, ao cargo de diretor-delegado da empresa após saída de Carlos Rebelo Marques de Almeida, juntando-se ainda à equipa Henrique de Almeida Barros, também formado em engenharia agronómica, para o posto de diretor da Companhia em África (*RC-CIP*, 1969, p. 8).

A compreensão de que os resultados auferidos pela empresa não se justificariam somente na sua *performance* produtiva encontra-se espelhada nos diferentes relatórios anuais sob a administração do grupo CUF. Neles se contemplam outras variáveis que extravasaram a realidade são-tomense, nomeadamente a capacidade de escoamento do produto – assente na utilização das valências de navegação marítima do próprio conglomerado –, os valores de

mercado fixados nas instâncias internacionais (no que concerne, por exemplo, ao cacau), bem como os contextos políticos nacionais e internacionais, demonstrando, deste modo, que um aumento da produção não pressupunha necessariamente um exercício contabilístico anual positivo e a consequente obrigatoriedade de distribuição de dividendos.

Os resultados financeiros da empresa a partir de 1955 encontram-se distantes dos lucros obtidos na “idade do ouro” do cacau – coincidente com as três primeiras décadas de atividade –, embora sejam superiores aos auferidos entre os anos 1920 a 1950 (Gráfico 7). Em 1961, e pela segunda vez na história da instituição, o saldo da conta Ganhos e Perdas apresentou um prejuízo de 315 059\$66, justificado pela «descida catastrófica» das cotações do preço médio do cacau e das oleaginosas, não existindo folga financeira para a habitual distribuição de dividendos (*RC-CIP*, 1961, p. 14).

Gráfico 7. Companhia da Ilha do Príncipe: Resultados Financeiros (1894-1969)



Fonte: *RC-CIP*, 1904-1969.

Foi, de igual modo, um ano considerado «dos mais sombrios» para a conjuntura nacional pelos acontecimentos ocorridos em contexto ultramarino, revistos na ocupação, por parte da União Indiana, dos territórios da Índia Portuguesa e no início da luta armada em Angola, com vista à independência do território, intenção essa que, mais tarde, se alastrou pelos restantes territórios sob a administração portuguesa. Tais episódios não deixaram de ser comentados no relatório anual da empresa nos seguintes moldes:

De quando em quando a adversidade trás consigo o lenitivo, no caso da vossa Companhia concretizado nas provas de iniludível dedicação prestada por todos os empregados, independente da sua cor, durante as horas incertas de 1961. Agradecer a dedicação de que deram provas seria minimizá-la, pelo que nos limitamos a registá-la e apontá-la para esclarecimento de quem ainda não compreendeu o significado da comunidade “multirracial” (RC-CIP, 1961, p. 15).

Eis o que podemos considerar o “princípio do fim” do contexto de exploração agrícola de base colonial, claramente concretizado, anos mais tarde, pela revolução de 25 de Abril de 1974 – que derrubou a ditadura do Estado Novo, implantando as bases da democracia portuguesa – e o conseqüente processo de descolonização, com a independência de São Tomé e Príncipe a concretizar-se no dia 12 de julho de 1975. Neste novo contexto político-ideológico não houve lugar à manutenção da Companhia da Ilha do Príncipe, cujas roças foram nacionalizadas e geridas pelo Estado recém-formado, estruturado numa base marxista-leninista de partido único (Berthet, 2016). Em Portugal, após os acontecimentos de 11 de março de 1975 – uma tentativa falhada de golpe de Estado liderada por António Spínola, a lado a uma direita considerada “reacionária” –, o governo de Vasco Gonçalves estabeleceu, como “via para o socialismo”, uma série de nacionalizações que provocaram o desmantelamento do grupo CUF.

CONCLUSÃO

Pretendeu-se, com o presente exercício, a apresentação da história da Companhia da Ilha do Príncipe como um *case-study*. Enquadramo-la na evolução do sistema capitalista, em particular na especificidade aplicada aos espaços ultramarinos administrados pelo Estado português, com recurso à ex-

ploração de mão de obra do continente africano, nem sempre de forma ética e sem se atender ao dever das companhias relativamente ao que hoje consideramos de “responsabilidade social”.

Ao longo do período de laboração, a empresa exerceu uma intensa atividade agrícola, com destaque particular para o cacau, colaborando para a colocação de São Tomé e Príncipe no topo dos produtores mundiais da referida matéria-prima, nas primeiras décadas do século XX, numa altura em que esta fora muito valorizada devido ao substancial aumento da produção e do consumo de chocolate.

Para a exploração das vastas áreas de florestas virgens foi necessário recrutar mão de obra em várias latitudes, desde a China (via Macau) à Índia, mas, sobretudo, a Cabo Verde, Angola e Moçambique. Embora a escravatura já tivesse sido oficialmente abolida, o recrutamento dos chamados «serviçais» não se afastava muito desse regime, o que mereceu duras críticas em diferentes contextos e com repercussões de âmbito internacional, cuja refutação por parte dos responsáveis da empresa assentou no realce das condições materiais que consideravam boas ou satisfatórias (alojamento, hospital, enfermaria, postos de ensino, etc.).

Como expusemos ao longo do estudo, a produção e rentabilidade da Companhia foram variando ao longo do tempo, numa conjugação de vários fatores que passaram pela mão de obra disponível, a tecnologia utilizada e a sua capacidade de renovação (incluindo os meios de transporte e de comunicação), não olvidando ainda a evolução do mercado e da concorrência internacional.

Ao nível da gestão, registaram-se progressos relevantes, desde o recurso a políticos e militares de alta patente, para uma administração forte – numa primeira fase –, ao recurso a botânicos e outros especialistas em questões agrárias, à introdução de novas tecnologias, minimizando a escassez de mão de obra, e à gerência profissionalizada (desde meados dos anos 1950), liderada por elementos do Grupo CUF, descendentes do seu fundador, Alfredo da Silva (1871-1942), o maior empresário português da primeira metade do século XX.

Com a entrada na administração do maior grupo industrial português introduziram-se novos e atualizados métodos de gestão na companhia, no cultivo de vastas áreas, até então por explorar, e instalando infraestruturas de residência, transporte e comunicações, num legado aproveitado pelos novos países, ao transitarem do estatuto de “colónias” para o de “nações independentes”.

REFERÊNCIAS

- Alteração dos Estatutos da Companhia da Ilha do Príncipe, de 3 de abril. *Diário do Governo*, 121, 2 de junho de 1898, 1032.
- ALVES, J. F. (2004). *Jorge de Mello. Um Homem. Percursos de um empresário*. Inapa.
- BERTHET, M. (2016). São Tomé e Príncipe: reflexões sobre alguns aspectos de sua história agrícola no pós-independência. *Estudos Ibero-Americanos*, 42, 961-986. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2016.3.23107>
- CAMPOS, E. (1955). A Ilha de S. Tomé Antiga e Actual. *Estudos Ultramarinos. Revista do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos*, V, 199-232.
- Decreto do Ministério dos Negócios da Marinha e do Ultramar. Direção Geral do Ultramar, de 24 de agosto. *Diário do Governo*, 192, 28 de agosto de 1893, 1892.
- Escritura de Aumento de Capital da Companhia da Ilha do Príncipe, de 8 de março. *Diário do Governo*, 69, 30 de março de 1898, 840.
- Estatutos da Companhia da Ilha do Príncipe, de 3 de fevereiro. *Diário do Governo*, 29, 8 de fevereiro de 1894, 321-322.
- FARIA, M.F. (2007). *Manuel de Mello*. Inapa.
- FARIA, M.F. (2021). *Alfredo da Silva. Biografia*. D. Quixote.
- FERRÃO, J.E.M. (2012). A investigação agronómica em São Tomé e Príncipe durante a administração portuguesa. En A.C. Roque et al. (Eds.), *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspetiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*(pp. 255-268). ISCTE-IUL/Centro de Estudos Africanos. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/3907>
- MACEDO, M. (2019). Disrupted Ecologies: Conflicting Repertoires of Colonial Rule in Early Twentieth-Century São Tomé. En N. Domingos et al. (Eds.), *Resistance and Colonialism*(pp. 229-250). Imperial and Post-Colonial Studies Series. https://doi.org/10.1007/978-3-030-19167-2_9
- MANTERO, F. (1910). *A mão-de-obra em S. Tomé e Príncipe*. Ed. autor.
- MARQUES, A. H. O. (1986). *História de Portugal*. III. Palas.
- MENDES, J.A. y FREITAS, D.M. (2022). O Grupo CUF e os Transportes: da Companhia Nacional de Navegação à Brisa. En M.B. Cruz (Ed.), *Atas da Conferência Nacional “150 Anos do Nascimento de Alfredo da Silva”* (pp. 269-310). Principia.
- NASCIMENTO, A. (2004). A passagem de coolies por São Tomé e Príncipe. *Arquipélago História*, VIII, 77-112. <https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/398>
- Relatório e Contas da Companhia da Ilha do Príncipe [RC-CIP]*, 1894-1969.
- RODRIGUES, I.N. (2018). *Espectros de Batepá. Memórias e narrativas do “Massacre de 1953” em São Tomé e Príncipe*. Afrontamento.
- ROSAS, F. (2018). *História a História. África*. Tinta da China.
- SANTOS, M.M. (2002). Rentabilidade do cacau de S. Tomé e Príncipe – hipóteses de explicação. *Africana Studia*, (5), 181-212. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/AfricanaStudia/article/view/7128>
- TAVARES, M.S. (2003). *Equador*. Oficina do Livro.

